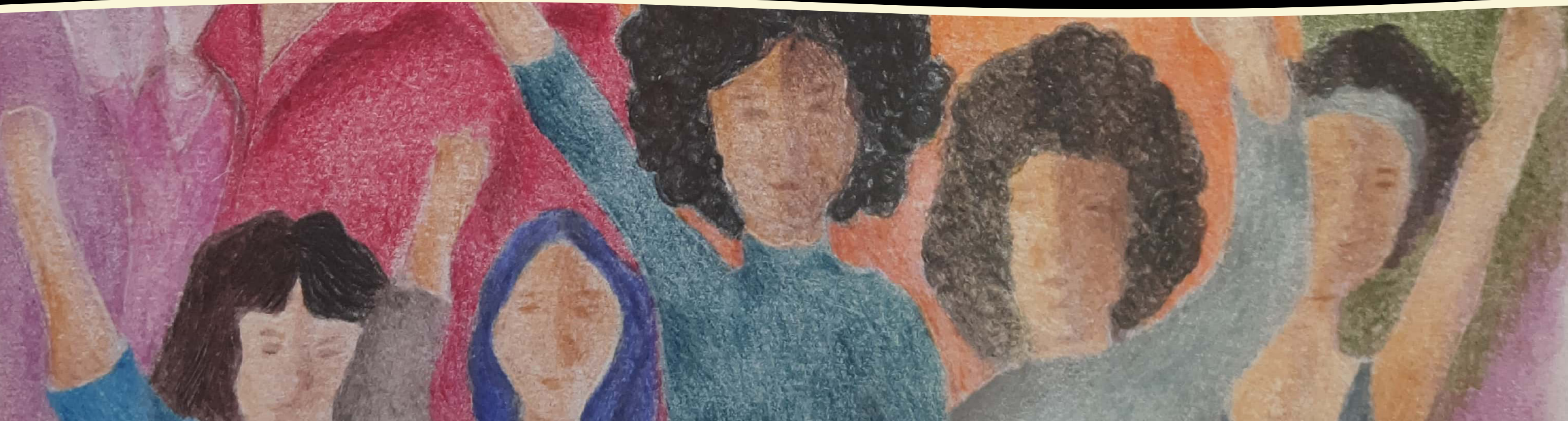


Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

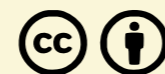
Feminismos e Serviço Social

v.32 n.1

Jan-Jun/2022

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA
Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA
Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA
Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO
Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE
Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORA ASSOCIADA
Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORAS AD HOC v.32 n.1
Gláucia Lelis Alves
Luana Siqueira

EDITOR TÉCNICO
Fábio Marinho

REVISÃO
Nicole Leal
Andréa Garcia Tippi (tradução; resenha)
Andrea Moraes Alves (temas livres; 8º ensaio)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL
Angela Santana do Amaral UFPE
Antônio Carlos Mazzeo USP
Arthur Trindade Maranhão Costa UNB
Christina Vital da Cunha UFF
Clarice Ehlers Peixoto UERJ
Elenise Faria Scherer UFAM
Ivanete Boschetti UFRJ
Jean François Yves Deluchey UFPA
Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ
Marcos César Alvarez USP
Maria Cristina Soares Paniago UFAL
Maria Helena Rauta Ramos UFRJ
Maria das Dores Campos Machado UFRJ
Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ
Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ
Ranieri Carli de Oliveira UFF
Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO
Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS
Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA
Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ

Publicação indexada em:
[Latindex](#)
[Portal de Periódicos da Capes](#)
[IBICT](#)
[Base Minerva UFRJ](#)
[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos
CEP 22.290-240
Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br


(55) (21) 3938-5386


Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).


 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.



Gláucia Lelis Alves. Sem Título, 2021.

Sumário

ARTIGOS TRADUÇÃO	Relações entre a covid-19, sexismo e racismo no Brasil: uma análise da economia feminista <i>Margarita Olivera (tradução: Carolina Castellitti)</i>	5
ARTIGOS TEMAS LIVRES	Pandemia e Saúde do trabalhador: uma análise sobre a precarização do trabalho <i>Ana Carolina de Freitas Campos & Mariane Suzze Pereira</i>	24
EDITORIAL DOSSIÊ	Feminismos e Serviço Social <i>Gláucia Lelis Alves & Luana de Sousa Siqueira</i>	42
ENSAIOS DOSSIÊ	Totalidade, reprodução social e divisão sexual-racial do trabalho no capitalismo dependente <i>Clara Gomide Saraiva</i>	48
	Contribuições do método marxista para compreensão do enovelamento, consubstancia Opressão/Exploração <i>Qelli Viviane Dias Rocha</i>	74
	Aleksandra Kollontai: Uma História de Ocupação dos Espaços Não Autorizados <i>Natalia Perdomo dos Santos</i>	98
	Contribuciones de Clara Zetkin para entramados socialistas y feministas <i>María Cecilia Espasandín</i>	124
	Pandemia da Covid-19 e divisão social do trabalho na (re)produção capitalista na atualidade <i>Camila Carduz Rocha</i>	148
	Feminismo e Serviço Social no enfrentamento à violência obstétrica <i>Mirla Cisne & Raíssa Paula Sena dos Santos</i>	173
	Formação acadêmico-profissional e o debate da humanização do parto numa perspectiva feminista-antirracista <i>Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso et alia</i>	199
	A lei de alienação parental e a lei da guarda compartilhada obrigatória: para o melhor interesse da manutenção da violência contra mulheres/mães e crianças <i>Alessandra Pereira de Andrade & Sibebe de Lima Lemos</i>	226
	(Des)criminalização do aborto e Serviço Social: desafios para o cotidiano profissional <i>Thais de Biazzi Oenning & Esther Luiza de Souza Lemos</i>	245
	Experienciando uma formação feminista interseccional: Contribuições ao serviço social <i>Rachel Gouveia Passos et alia</i>	263
RESENHA	Assistência Social em debate: interfaces de uma política em construção, de Fátima Valéria Ferreira de Souza (org.) <i>por Renato Francisco dos Santos Paula</i>	279

 Você está aqui.



Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Relações entre a covid-19, sexismo e racismo no Brasil: uma análise da economia feminista

**Cuidados
Trabalho
Covid-19
Mulheres
Brasil**

A pandemia afeta particularmente às mulheres, dado o aumento do trabalho doméstico não remunerado desigualmente distribuído e as grandes disparidades de gênero e raça que caracterizam o mercado de trabalho. O objetivo deste documento é refletir sobre os potenciais efeitos da crise na vida das mulheres no Brasil, especialmente das mulheres racializadas, com base no estudo empírico das duas dimensões mencionadas: o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado e o mercado de trabalho. Esta análise será realizada com base nos microdados publicados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (“PNADC”) no Brasil, em 2019 e 2020.

Margarita Olivera (tradução: Carolina Castellitti)

Doutora em Economia Política (Roma La Sapienza),
professora adjunta do Instituto de Economia da UFRJ.

margarita.olivera@ie.ufrj.br

Relations between covid-19, sexism and racism in Brazil: an analysis of the feminist economy

The pandemic particularly affects women, given the increase in unevenly distributed unpaid domestic work and the large race and gender disparities that characterize the labor market. The aim of this paper is to reflect on the potential effects of the crisis on the lives of women in Brazil, especially racialized women, based on the empirical study of the two dimensions mentioned: unpaid domestic and care work and the labor market. This analysis will be based on the microdata published by the Brazilian Household Survey (“PNADC”) in 2019 and 2020.

Care
Employment
Covid-19
Women
Brazil





Introdução¹

As políticas públicas, os efeitos das crises econômicas, sanitárias e climáticas, os níveis de exposição social, exploração e opressão, entre outros, têm efeitos diferenciados na população. Como muitas autoras da economia feminista e dos feminismos subalternos escreveram nas últimas décadas, marcadores de gênero, raça e classe devem ser considerados ao estudar os efeitos e consequências desses fenômenos econômicos e sociais.

Corpos feminizados² estão mais expostos a situações de risco e encontram-se mais vulneráveis e desprotegidos, devido às maiores desigualdades e discriminações que sofrem tanto no trabalho assalariado quanto no trabalho não remunerado de cuidado e afazeres domésticos, realizados no espaço do próprio lar.

A crise, consequência da natureza extrativista do capitalismo neoliberal, tem múltiplas dimensões: sanitária, climática, financeira, econômica, política e social e está profundamente ligada à estrutura de poder patriarcal capitalista colonial, baseada na exploração do trabalho humano, dos corpos, dos territórios e da natureza. Essa crise ameaça a vida em termos gerais e dificilmente pode ser considerada um evento único ou isolado; no entanto, nem todos os corpos sofrem suas consequências igualmente. Os corpos feminizados, racializados e pobres são profundamente afetados, pois a pandemia exacerba desigualdades históricas de gênero, raça e classe. Os eventos extremos (como pandemias, inundações, deslizamentos de terra, secas, chuvas, tufões, etc.), associados às mudanças climáticas, aumentam as brechas de tempo, de salário e de emprego já existentes e incrementam a exposição das mulheres, gerando, em muitos casos, situações de exaustão e até graves doenças.

O objetivo deste artigo é oferecer uma reflexão e examinar empiricamente os efeitos da crise sanitária e econômica na vida das mulheres no Brasil, especialmente das mulheres racializadas, a partir de duas dimensões: o papel da mulher nas tarefas de cuidado e as vulnerabilidades econômicas vivenciadas pelas mulheres no mercado de trabalho. A hipótese geral que norteará esta pesquisa é que as relações sociais de produção, estabelecidas a partir do capitalismo patriarcal extrativista, determinam uma divisão social do trabalho marcada pelo sexismo e o racismo, colocando às mulheres em situações de maior



precariedade e vulnerabilidade, funcionando como mecanismo de superexploração e deixando os corpos feminizados mais expostos perante situações de crises sanitárias, climáticas, ambientais e econômicas.

Esta pesquisa está dividida em três seções, além desta introdução, e algumas reflexões finais como conclusão. Na seção um, são apresentados os referenciais teóricos da economia feminista e dos feminismos subalternos. A seção dois examina empiricamente a distribuição das tarefas domésticas e de cuidado no Brasil, a partir da análise de estatísticas descritivas de gênero e raça. A seção três apresenta evidências empíricas sobre a vulnerabilidade das mulheres brasileiras no mercado de trabalho e os possíveis efeitos associados à crise econômica gerada pela pandemia.

Por que a esfera privada é feminina?

O trabalho doméstico e o de cuidados, que aumentam drasticamente em situações de crise sanitária como a vivida com a covid-19, encontram-se social e economicamente desvalorizados e distribuídos de forma muito desigual. Essa situação é resultado de múltiplas opressões patriarcais vivenciadas pelas mulheres e pelos corpos feminizados, estudados pela economia feminista e diferentes vertentes do feminismo, como o feminismo marxista, a teoria da reprodução social e os feminismos subalternos (RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, 2019; PÉREZ OROZCO, 2014; BATTACHARYA, 2013).

Desde seu início, a economia feminista vem estudando as discriminações e as desigualdades que afetam especialmente as mulheres e os corpos feminizados e que se originam na divisão sexual do trabalho subjacente à natureza sistêmica da opressão sexista e racista do capitalismo patriarcal. Essa corrente teórica vem romper com a visão androcêntrica da teoria econômica tradicional (clássica, neoclássica, keynesiana e heterodoxa), para a qual o trabalho doméstico realizado pelas mulheres no próprio lar é sempre invisível (CASTRO, 2006), pois são tarefas realizadas na esfera privada e não comercializadas ou remuneradas. No entanto, são tarefas essenciais para a reprodução da vida, da força de trabalho e, portanto, do sistema capitalista (MARÇAL, 2016).

A partir da divisão sexual do trabalho que caracteriza o sistema patriarcal, as mulheres passaram a ser associadas às tarefas



reprodutivas, ou seja, são consideradas responsáveis pelo cuidado e reprodução da vida própria e alheia. No entanto, essa divisão, juntamente com a natureza patriarcal e subalterna das relações humanas, se aprofunda com o capitalismo, que se configura como um sistema baseado na propriedade privada – da qual a mulher é inicialmente excluída – e onde as esferas pública e privada são completamente separadas (SAFFIOTI, 2013). A mulher passa a ser responsável por garantir um fluxo contínuo de trabalhadores, tanto pela gestação, educação e cuidado dos futuros trabalhadores e pelas tarefas de reprodução da força de trabalho ativa, quanto pelo cuidado dos trabalhadores do passado: idosos e doentes (BATTHACHARYA, 2013). No norte global, esse mecanismo de sujeição da mulher se consolida a partir da construção da sua imagem como mulher frágil e materna, pedra angular da família nuclear. Por meio da imposição de papéis de gênero construídos socialmente, mulheres e meninas são ensinadas e educadas para cumprir a tarefa de cuidar da vida dos outros, mesmo ao custo de suas próprias vidas (RICH, 2010). Por outro lado, no sul global, colonizado e dominado a partir da imposição de hierarquias raciais e de gênero (GROSFOGUEL, 2006), essas obrigações das mulheres racializadas com a reprodução da força de trabalho são expressão da continuidade dos mecanismos da exploração colonial, impostos à força de açoites e das cruéis formas de opressão (LUGONES, 2010; DAVIS, 1982; GONZÁLEZ, 2019).

Em ambos os casos, os trabalhos associados à reprodução da força de trabalho – profundamente feminizados – são essenciais para a manutenção do sistema capitalista. Como aponta Silvia Federici (2012), por trás do trabalho fabril, onde trabalhadoras e trabalhadores são exploradas e explorados diariamente, está o trabalho invisível de milhões de mulheres que consomem suas vidas e forças para reproduzir essa força de trabalho que movimenta a economia.

Esse trabalho de reprodução, não remunerado e socialmente desvalorizado, é, no entanto, essencial para a consolidação do processo de acumulação capitalista. O sistema capitalista consegue se manter graças à renovação contínua dos trabalhadores e, nesse sentido, a produção de bens está intrinsecamente relacionada à reprodução da força de trabalho. De fato, o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado ou





mal remunerado permite manter baixos os custos de reprodução da força de trabalho, comprimindo os salários e subsidiando o capital (RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, 2019).

Por outro lado, as relações de opressão e subordinação das mulheres, materializadas na figura das obrigações domésticas e os já mencionados papéis sexuais socialmente impostos, acabam sendo usadas como justificativa para múltiplos processos de segregação e discriminação no mercado de trabalho (FERNÁNDEZ, 2019; OLIVERA, VIEIRA e BAETA, 2021).

Por fim, essa feminização do trabalho doméstico e de cuidado aumenta as brechas de desigualdade em termos monetários, mas também em termos não monetários, pois gera o que se conhece como pobreza de tempo (FOLBRE, 2006). Cuidar da reprodução da força de trabalho (passada, presente e futura), envolve grande parte do tempo das mulheres, afetando sua inserção laboral e a possibilidade de geração de renda que garanta a independência econômica, bem como seus estudos, sua formação e sua disponibilidade para engajar-se na participação social e política, no lazer e na recreação.

No caso das mulheres racializadas, a situação é ainda pior. De acordo com estudos feministas subalternos, como o feminismo decolonial, comunitário, popular, negro, autônomo, entre outros (BALLESTRIN, 2020), sexismo e racismo se interseccionam, criando condições de maior vulnerabilidade para corpos negros, indígenas, quilombolas, periféricos, pobres e feminizados que se afastam da norma estabelecida.

Assim, considerar as mulheres como um grupo homogêneo reforçaria os estereótipos que perpetuam as desigualdades econômicas, sociais e políticas, e invisibilizaria os desafios que enfrentam as, os e “es” mais oprimidas, oprimidos e “oprimidos”. Uma análise da situação de opressão da mulher brasileira deve incluir um olhar sobre raça e classe, identificando as especificidades das mulheres racializadas e pobres que sofrem, principalmente, devido ao sexismo e ao racismo. Sua inserção laboral ocorre em condições de maior exploração e marginalização, principalmente no setor doméstico e de cuidados, dando continuidade ao papel histórico que ocuparam como escravizadas nos tempos da Colônia (GONZÁLEZ, 2019; FURNO, 2016).



Ao ponderarmos os efeitos das mudanças climáticas e da crise sanitária, é importante considerar o conceito de racismo ambiental, que reconhece as desigualdades sociais, raciais e de gênero como determinantes do grau de exposição de grupos sociais aos riscos ambientais. De fato, como apontam Olivera, Podcameni, Lustosa e Graça (2021, p. 17): “as sociedades possuem mecanismos sociopolíticos que determinam que a maior parte dos danos ambientais das atividades econômicas recai sobre grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados e parcelas marginalizadas”.

Os cuidados são coisa de mulher, especialmente se essa mulher é negra

Como mencionado, as tarefas domésticas e de cuidado são uma “questão” feminina e isso se verifica também para as mulheres brasileiras. Para estudar a distribuição por gênero dessas tarefas, são utilizados os dados registrados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) publicados anualmente na seção *outras formas de trabalho*, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).³ Quando homens e mulheres são consultados sobre a realização de tarefas domésticas não remuneradas no próprio domicílio, segundo dados de 2019 (último período disponível), foram registradas respostas positivas para 92% das mulheres e 78% dos homens. Por outro lado, entre as respostas sobre tarefas de cuidado – seção voltada especialmente para o cuidado de meninas e meninos, embora inclua uma questão específica sobre o cuidado de idosos –, registrou-se uma taxa de realização de 36,8% para as mulheres e de 25,9% para os homens, evidenciando uma clara disparidade na organização familiar do cuidado. Além disso, verificam-se também fortes desigualdades de gênero no tempo despendido. As mulheres dedicam 21,4 horas por semana para tarefas domésticas e de cuidado no próprio domicílio, enquanto os homens gastam em média 11 horas. Esta diferença se mantém mesmo para os desempregados – no caso das mulheres desempregadas a média é de 24 horas e para os homens desempregados, 12,1 horas – (IBGE, 2020).

Aprofundando a análise da distribuição das tarefas domésticas por gênero, ao diferenciar o tipo de tarefa desempenhada, três fenômenos evidenciam a situação estrutural da referida desigualdade de gênero.

Em primeiro lugar, ao considerar a taxa de realização das diferentes tarefas domésticas para homens e mulheres que vivem sozinhos, é possível observar que as diferenças não são tão pronunciadas como quando se considera a distribuição das tarefas dentro da família nuclear. As mulheres que têm cônjuge ou companheiro mantêm – ou até aumentam – sua dedicação aos afazeres domésticos, enquanto os homens que têm cônjuge ou companheira reduzem significativamente sua participação no preparo de alimentos, na lavagem e limpeza de roupas e sapatos ou na limpeza da casa. Como se observa na figura 1, enquanto 92,6% dos homens que moram sozinhos preparam sua própria comida, apenas 59,3% dos homens que têm cônjuge ou companheira cozinham para a família. Para as mulheres, estar sozinha ou morar junto não altera sua relação com a cozinha. Somente no caso de pequenos reparos domésticos, a carga para mulheres que vivem com homens é aliviada; porém, em apenas 1,5 pontos percentuais (ver Figura 1). Assim, fica evidente como, a partir da conformação da família nuclear, as desigualdades na distribuição de tarefas são potencializadas, reafirmando os papéis sociais de gênero e gerando uma maior sobrecarga para as mulheres (RICH, 2010).

Em segundo lugar, ao considerar os diferentes tipos de tarefas domésticas, é possível observar que as mulheres estão mais envolvidas em tarefas que exigem maior esforço físico, como cozinhar, lavar e arrumar roupas e sapatos, limpar a casa e fazer compras, ao mesmo tempo em que dividem as obrigações organizacionais-financeiras com seus companheiros. Por outro lado, os homens se destacam apenas na realização de pequenos reparos domésticos e dividem com suas companheiras os cuidados com os animais de estimação e a organização financeira do lar. Isso evidencia a enorme desigualdade, inclusive, em relação à intensidade e ao esforço físico, segundo a distribuição do trabalho doméstico pelo viés do gênero.

Em terceiro lugar, essa distinção sexual também é replicada entre os membros mais jovens das famílias nucleares, mostrando que os papéis sociais de gênero são introduzidos desde cedo. Filhas ou enteadas têm uma taxa muito maior de realização de tarefas domésticas que são mais fisicamente exigentes do que seus irmãos ou meios-irmãos (ver Figura 1).



início

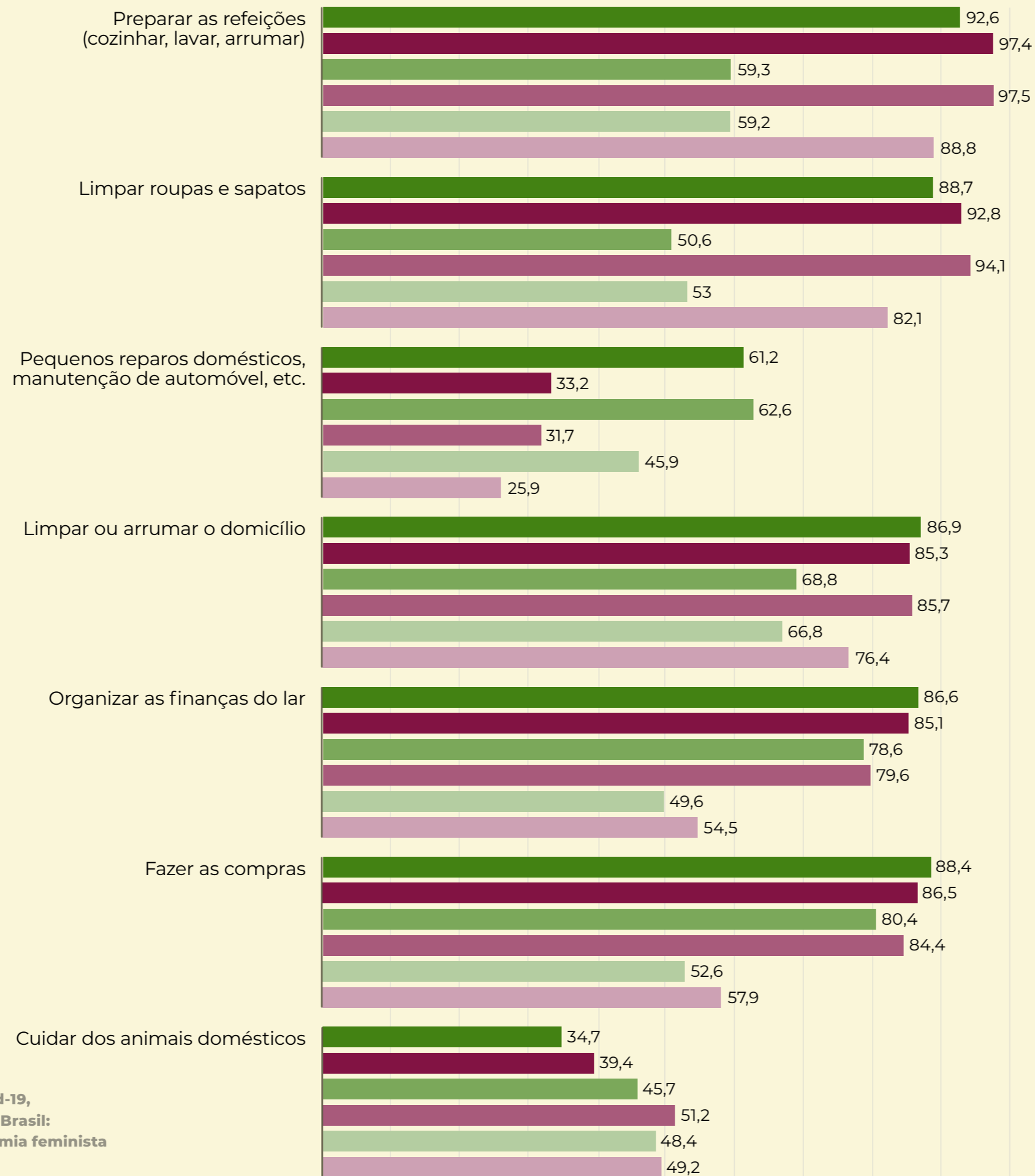
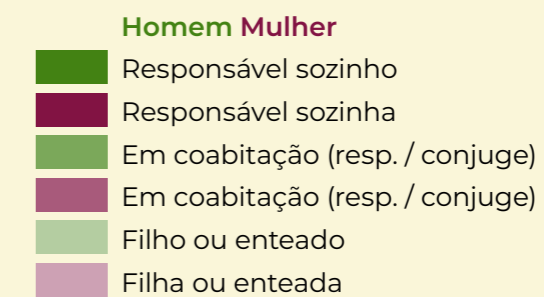


FIGURA 1

Taxa de realização de tarefas domésticas por categoria, sexo e tipo de tarefa, em percentuais. Brasil, 2019.

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados IBGE/PNADC Anual 2019, Brasil.



referências e notas



Relações entre a covid-19, sexismo e racismo no Brasil: uma análise da economia feminista

Margarita Olivera

Ao incorporar um olhar interseccional, observa-se que as mulheres negras estão ainda mais sobrecarregadas. Mais mulheres negras declaram que se dedicam às tarefas domésticas e de cuidado, e destinam mais horas semanais a essas ocupações. A taxa de realização de tarefas domésticas por raça, representada na Tabela 1, mostra que as diferenças entre os gêneros persistem; porém, uma proporção maior de mulheres negras (92,5%) declarou dedicar-se a tais tarefas, em relação às mulheres brancas (91,4%). Também no caso do cuidado, o percentual de mulheres negras que declaram cuidar (sem contrapartida monetária) de um membro da família ultrapassa 35,8%, enquanto no caso das mulheres brancas não chega a 30%. Essa diferença é verificada mesmo quando se analisa separadamente cada tipo de afazer doméstico e de cuidado. Por sua vez, as mulheres negras gastam em média 1,3 horas a mais por semana nessas tarefas do que as mulheres brancas e duas vezes mais que os homens (ver Tabela 1).

	PESSOAS QUE REALIZAM TAREFAS DE CUIDADO	PESSOAS QUE REALIZAM TAREFAS DOMÉSTICAS	MÉDIA SEMANAL
HOMENS	24,1%	78,5%	11h
HOMENS BRANCOS	23,1%	80,3%	10,9h
HOMENS NEGROS	24,9%	77,2%	11h
MULHERES	32,8%	92,0%	21,4h
MULHERES BRANCAS	29,1%	91,4%	20,7h
MULHERES NEGRAS	35,8%	92,5%	22h

TABELA 1

Taxa de realização e horas dedicadas a tarefas domésticas e de cuidado, por sexo e raça. Brasil, 2019

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados IBGE/PNADC Anual 2019, Brasil.

Essas diferenças têm consequências importantes na disponibilidade de tempo para as mulheres racializadas. A maior pobreza de tempo é, de fato, uma explicação plausível para o motivo pelo qual as mulheres negras trabalham menos horas por semana em empregos remunerados. Em média, as mulheres negras trabalham 34,3 horas (recebendo uma remuneração), enquanto as mulheres brancas trabalham 35,5 horas e os homens 40 horas. Por sua vez, as mulheres negras em idade ativa são o maior contingente fora da força de trabalho (36,6%) (OLIVERA, VIEIRA e BAETA, 2021).

Esses papéis sociais organizados a partir de gênero e raça, são impostos desde a infância. A Figura 2 mostra a taxa de realização de tarefas domésticas para meninos e meninas entre 5 e 13 anos de idade. Exige-se mais das meninas negras que realizem esse

tipo de tarefas e durante um período de tempo maior (42,5% das meninas negras realizam essas tarefas, consumindo em média 6,4 horas semanais), diminuindo o tempo disponível para o estudo e as atividades de lazer, recreação e sociabilidade (ver Figura 2).

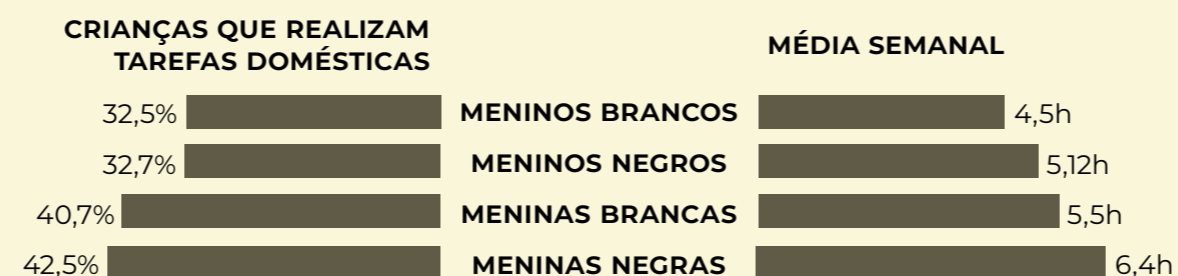


FIGURA 2

Taxa de realização e horas dedicadas a tarefas domésticas. Pessoas de 5 a 13 anos de idade, por sexo e raça. Brasil, 2019.

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados IBGE/PNADC Anual 2019, Brasil.

Com base nos dados apresentados, evidencia-se que a distribuição desigual das tarefas domésticas não remuneradas sobrecarrega física e mentalmente as mulheres, gerando duplas e triplas jornadas de trabalho. Isso gera maior pobreza de tempo para mulheres e meninas, especialmente racializadas, o que pode ter efeitos importantes sobre as possibilidades de acesso a empregos mais bem remunerados ou de tempo integral, pode levá-las a abandonar seus estudos e reduzir o tempo disponível para realizar atividades sociais, políticas, culturais, de lazer ou de cuidados pessoais, entre outras.

É necessário enfatizar que a desigualdade na distribuição dos cuidados e das tarefas domésticas piorou significativamente devido à pandemia.⁴ A crise sanitária e econômica associada à covid-19 gerou um aumento significativo na demanda por atendimento aos doentes e à população em risco. Por sua vez, o fechamento de escolas e espaços esportivos e recreativos tem provocado um grande aumento na demanda de tempo de cuidados de meninas e meninos em idade escolar, que precisam ser alimentados, asseados, recreados e até acompanhados na sua educação à distância. No caso de lares com menos recursos e com poucas possibilidades de acesso à tecnologia digital e à Internet, isso se tornou um impedimento que aumentará ainda mais as brechas de classe já existentes. Por outro lado, a pandemia intensifica e aumenta o tempo gasto com os afazeres domésticos, dada a maior necessidade de limpeza e esterilização de alimentos, produtos e pessoas. Isso é potencializado em situações de falta de água de qualidade e sistemas de

saneamento adequados, visto que, nesses casos, o tempo necessário para a obtenção de água potável aumenta, tarefa realizada geralmente pelas mulheres, e intensifica a exposição a contágios, doenças e até situações de violência (OLIVERA et al., 2021). No Brasil são significativos os problemas associados à falta de saneamento em grande parte dos lares, especialmente os mais pobres e periféricos, onde há maior concentração de pessoas racializadas. Com base em estudo publicado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), obtém-se que 1 em cada 7 mulheres brasileiras não tem acesso à água potável e que apenas 46,3% do esgoto gerado teve tratamento, situação que acarreta o uso de sumidouros e fossas, bem como a descarga direta em rios e córregos, aumentando os níveis de poluição e expondo a população a múltiplas doenças (OLIVERA et al., 2021).

O perfil de exclusão no Brasil atinge claramente as mulheres negras. Neste país, 61% das mães solteiras são negras e 63% dos domicílios, cuja principal fonte de renda é oriunda de mulheres negras, estão abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2021).

Em relação às situações de violência vivenciadas pelas mulheres durante a pandemia, segundo relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), 1 em cada 4 mulheres com mais de 16 anos sofreu algum tipo de violência em 2020 (17 milhões de brasileiras). Entre as vítimas, 61,8% tiveram redução na renda familiar, enquanto 46,7% perderam o emprego. As mulheres relataram níveis mais altos de estresse em casa devido à pandemia (50,9% contra 37,2% dos homens). A residência continua a ser a zona de maior risco para as mulheres. Do total de vítimas, 48,8% relataram que a violência mais grave vivenciada no último ano ocorreu dentro de casa, mas a maioria não denunciou seu agressor. Mulheres jovens e mulheres negras são mais propensas a sofrer violência.

Consequentemente, a partir dos efeitos da pandemia, tanto devido ao isolamento social quanto ao aumento da intensidade das tarefas realizadas dentro de casa, assim como à violência sofrida, as mulheres, principalmente as negras e com menos recursos, foram profundamente afetadas.



Mulheres no mercado de trabalho

A crise associada à covid-19 também teve efeitos graves no mercado de trabalho, afetando, sobretudo, as mulheres. Como foi destacado, o capitalismo patriarcal colonial se sustenta na reprodução de hierarquias de gênero e raça que funcionam como mecanismos de doutrinação e alienação. Os corpos feminizados são responsabilizados pela reprodução da força de trabalho, mesmo quando essa reprodução é mercantilizada e terceirizada. Com a criação da economia dos cuidados, essas tarefas historicamente invisíveis foram mercantilizadas, mas isso não significou uma grande mudança em seu valor social e econômico. Quando as mulheres ingressam no mundo do trabalho remunerado, o fazem essencialmente em ocupações associadas à reprodução da vida, que usualmente apresentam piores condições de contratação, com empregos não registrados e informais. Geralmente, esses trabalhos de cuidados são cobertos por mulheres negras, indígenas, pobres, migrantes, periféricas e/ou trans.

As mulheres sofrem diversas segregações e discriminações no mercado de trabalho e o Brasil não é alheio a essa realidade. O mercado de trabalho brasileiro é caracterizado pela alta feminização dos setores de serviços associados aos cuidados, entre os quais destacam-se “educação, saúde e serviços sociais” (com 75,5% de trabalhadoras mulheres), “serviço doméstico” (sendo o setor com uma maior composição feminina, de 92,2%) e “alimentação e comércio”. Também no caso da indústria, as mulheres concentram-se na produção de vestimenta e calçado. Na maioria dos casos, são os setores que registram a maior informalidade e os menores salários (OLIVERA, VIEIRA e BAETA, 2021).

Ao mesmo tempo, as mulheres têm maior dificuldade em encontrar emprego e de qualidade, principalmente as mulheres negras que registram as maiores taxas de desemprego da economia (16,6%, enquanto a média de desemprego em 2019 foi de 11,9%), e a maior proporção de empregos informais: 49,1% das mulheres negras empregadas em 2019 não tinham vínculo empregatício formal (“Carteira de Trabalho” e/ou “Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica”, que registra trabalhadores formais e empresas, respectivamente), enquanto a média de trabalhadores informais na economia era de 43,7% (IBGE, 2020).





O tipo de inserção setorial e as discriminações salariais – tanto por receberem salários mais baixos para as mesmas tarefas, como por não conseguirem ascender na carreira devido às obrigações domésticas – resultam em uma ampla brecha salarial entre gêneros. Essa diferença aumenta quando uma lente interseccional é incorporada. Enquanto as mulheres recebem, em média, uma renda 20,6% inferior à dos homens, as mulheres negras recebem um salário 56% inferior ao dos homens brancos (OLIVERA, VIEIRA e BAETA, 2021). Este é o resultado da interação entre sexismo e racismo, que no caso do Brasil evidencia as continuidades das relações coloniais até os dias atuais. As mulheres negras são afetadas por múltiplas formas de opressão e exploração que as colocam na base da pirâmide de desigualdades e injustiças.

O caso mais emblemático é, sem dúvida, o das trabalhadoras domésticas, onde ainda estão presentes resquícios de relações escravocratas. O mito da democracia racial (GONZÁLEZ, 2019) fica evidente quando se olha para este setor. A atividade constitui a terceira na escala da ocupação feminina, em uma sociedade em que, embora poucas mulheres consigam acessar estruturas de poder e cargos decisórios quebrando o “teto de vidro”, a grande maioria só consegue garantir uma renda trabalhando como empregada doméstica. Trata-se de um setor altamente precarizado e carente de mobilidade social, razão pela qual as mulheres, especialmente as racializadas e pobres, ficam presas nesse “piso pegajoso” (FERNÁNDEZ, 2019).

Em 2019, o setor empregava 6,24 milhões de trabalhadores no Brasil, dos quais 92,2% eram mulheres e 66% negros (IBGE, 2020). Como mencionado, a atividade constitui uma das principais fontes de trabalho para as mulheres, uma vez que emprega 14,2% das mulheres que trabalham. Os rendimentos médios do setor são os mais baixos da economia. Em 2019, a renda média era de R\$ 918 (enquanto o salário mínimo era de R\$ 998), sendo que as empregadas domésticas negras se encontravam na pior situação, com uma renda média de R\$ 851 (enquanto os trabalhadores do sexo masculino recebiam R\$ 1.143 e as mulheres brancas R\$ 998, IBGE, 2020). O setor também se caracteriza por um altíssimo nível de informalidade: 73% dos trabalhadores não possuíam vínculo empregatício permanente, e apenas 39,8% realizavam contribuições para a previdência social; assim, a grande maioria não possui direitos trabalhistas básicos e perspectivas de





continuidade do trabalho e da renda. No caso das trabalhadoras em situação de contratação informal, os rendimentos são ainda menores – em média R\$ 733 –, enquanto no caso das racializadas, que representam 66,4% dos trabalhadores informais, a renda era de R\$ 686 em 2019 (IBGE, 2020). Assim, as mulheres no Brasil, principalmente as negras e pobres, permanecem mais tempo desempregadas, e quando conseguem emprego, em geral é com salários mais baixos, piores condições de contratação, pouca segurança, perspectiva de continuidade e permanência.

Todas as variáveis apresentadas mostram a difícil situação pela qual passam os corpos feminizados e racializados, situação agravada durante a pandemia, já que se trata de atividades que formam parte das ditas “essenciais” e na linha de frente do combate à covid-19. Assim, a cada dia, essas mulheres devem resolver a equação entre exposição à infecção pelo vírus e sobrecarga de trabalho, ou não conseguir garantir a própria subsistência e a do núcleo familiar (especialmente se considerarmos que 48% dos domicílios brasileiros eram chefiados por mulheres em 2019). Na categoria de profissionais da saúde (não médicos), 82,7% eram mulheres; em hospedagem e alimentação, 55,8%; em educação, especialmente educação infantil e pré-escola, e ensino fundamental, 95,2% e 85,6%, respectivamente; além dos 92,2% de trabalhadoras domésticas (IBGE, 2020).

Por sua vez, em contextos de crise, as mulheres são as primeiras a perder suas fontes de emprego e renda, devido às piores condições de trabalho e porque devem assumir a responsabilidade pelo aumento da carga de trabalho doméstico não remunerado. Segundo dados da PNADC, em 2020, as mulheres perderam 3,6 milhões de empregos e a taxa de desemprego chegou a 15,7%; no entanto, o dado mais significativo é que 3,3 milhões de mulheres saíram da força de trabalho, levando a taxa de participação feminina para 48% (em 2019 havia sido de 53,2%), o que deixou mais mulheres fora da força de trabalho do que dentro. Ao mesmo tempo, as empregadas em condições informais, como as domésticas, sofreram profundamente com a crise. Em 2020, houve queda significativa no emprego doméstico (IBGE, 2021): 1,18 milhão de empregos foram perdidos, o que equivale a uma contração de 19% em relação a 2019. A maior redução ocorreu no trabalho doméstico sem carteira assinada – para as ocupações das chamadas





“diaristas” foram perdidos 836 mil postos de trabalho. As mulheres negras sofreram os maiores cortes: dos empregos perdidos, 65% corresponderam ao de trabalhadoras negras e seus rendimentos caíram em termos nominais.

Por fim, a possibilidade de se isolar e trabalhar remotamente não é igual para todos, nem o acesso ao sistema de saúde. Mais uma vez, os marcadores de gênero, raça e classe são decisivos. De acordo com dados do IBGE de 2019, apenas 28,5% da população possuía plano de saúde ou odontológico particular, enquanto 71,5% tiveram que recorrer ao Sistema Único de Saúde (SUS) para alguma consulta, cura ou internação. O sistema de saúde brasileiro é um sistema misto, onde a saúde universal deveria ser garantida pelo sistema público; porém, após vários anos de desinvestimento e políticas de ajuste estrutural do setor público, principalmente nas grandes cidades, o sistema está colapsado e sem recursos. Essa situação prejudica principalmente as classes médias e baixas, já que a população com melhores níveis de renda utiliza o sistema privado. Distinguindo-se por raça, 21% das pessoas não brancas acessam o sistema privado, enquanto 38% das pessoas brancas o fazem. Se a análise for realizada por níveis de renda, temos que 2,2% dos que recebem até 1/4 do salário mínimo (sm) tiveram acesso a um plano de saúde, enquanto 86,8% dos que recebem mais de 5 sm tinham o benefício. As mulheres gestantes e puérperas foram especialmente afetadas, pois registraram os maiores níveis globais de mortalidade durante a crise: uma em cada quatro mortes registradas no mundo em 2020 ocorreu no Brasil (OLIVERA et al., 2021). A democratização do acesso à saúde continua sendo uma questão pendente.

Dessa forma, as condições de precariedade e exclusão se somam às situações de segregação e exposição, deixando as mulheres em situação de profunda vulnerabilidade, isoladas de suas redes de apoio, com uma renda diminuída e obrigadas a continuar com seu trabalho diário presencial, em um contexto em que nem sequer têm a possibilidade de acessar um sistema de saúde adequado em caso de adoecimento.

Reflexões finais

Ao longo deste trabalho, foram apresentadas evidências empíricas sobre a situação vivida pelas mulheres no Brasil, particularmente as mulheres racializadas, mostrando as fortes desigualdades





de gênero e raça que se reproduzem em todas as formas de trabalho, remunerado ou não. A partir da lente de análise dos feminismos subalternos, considera-se que a globalização e a nova divisão internacional do trabalho que viabilizou a expansão do capitalismo patriarcal neoliberal aprofundou ainda mais as formas de exploração e opressão dos corpos feminizados e racializados. O capitalismo extrativista neoliberal é um sistema de produção e consumo predatório, no qual trabalhadoras e trabalhadores, corpos, territórios, natureza e animais são explorados, atingindo níveis de produção e consumo insustentáveis.

Por outro lado, como aponta a economia feminista, é preciso analisar a situação das mulheres a partir do estudo das brechas de gênero, raça e classe, que são multifacetadas, pois afetam a distribuição das tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas, as condições do mercado de trabalho, o desemprego, as brechas de renda, o acesso a bens e serviços públicos, a segurança e a exposição à violência, entre outros.

Com base no que foi estudado, é possível entender que eventos extremos, como a pandemia, ampliam as brechas de tempo, salário e emprego entre homens e mulheres. Por sua vez, devido à feminização dos setores econômicos associados aos cuidados, as mulheres estão mais expostas e em condições mais precárias, tanto em relação ao risco do contágio e aumento da intensidade do trabalho realizado, quanto pela perda de ocupações e renda, gerando em muitos casos situações de esgotamento físico e mental e até mesmo adoecimento. Nesse sentido, não é possível afirmar que todas e todos somos igualmente afetados pela crise (sanitária e econômica), pois partimos de diferentes experiências de opressão, exposição e privilégio em decorrência das desigualdades históricas associadas ao capitalismo patriarcal e marcadas pelo racismo estrutural, em que corpos feminizados e racializados vivenciam cotidianamente situações de opressão, exploração e subordinação.

Por fim, para reduzir essas desigualdades é importante entender que as políticas públicas não são neutras e, principalmente em sociedades profundamente desiguais, tendem a produzir efeitos diferenciados nos diferentes grupos. Portanto, as políticas de recuperação econômica e de transição sustentável devem ter uma perspectiva interseccional, de gênero, raça e classe, incluindo todas as dimensões, tanto trabalhistas e educativas,



quanto relativas à organização social do cuidado. Nesse sentido, tornam-se incompatíveis com estratégias de ajuste estrutural e reestruturação do Estado, uma vez que atacam especificamente a oferta de bens e serviços públicos, como educação, saúde e assistência, e prejudicam sobremaneira as mulheres.

Referências bibliográficas

- BALLESTRIN, L. Feminismo de(s)colonial como feminismo subalterno latino-americano. *Revista Estudos Feministas*, 28, 2020.
- BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social. *Socialist Worker*, 10 set. 2013 (trad. Renata Vereza).
- CARRASCO, C. *La economía feminista: una apuesta por otra. Estudios sobre género y economía*, 15, p. 29-62, 2006.
- DAVIS, A. *Women, race and class: an activist perspective. Women's Studies Quarterly*, 10(4), 5, 1982.
- ENRÍQUEZ, C. R. *Trabajo de cuidados y trabajo asalariado: desarmando nudos de reproducción de desigualdad. Theomai*, 39, p. 78-99, 2019.
- FEDERICI, S. *Revolution at point zero: housework. Reproduction and Feminist Struggle*. PM Press, 2012.
- FERNÁNDEZ, B. P. M. Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem? *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, Araraquara, n. 26, p. 79-104, jan./jun. 2019.
- FOLBRE, N. *Measuring care: Gender, empowerment, and the care economy. Journal of human development*, 7, 2, p. 183-199, 2006.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, 3. ed., Brasília: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2022.
- FURNO, J. C. A longa abolição no Brasil: Transformações recentes no trabalho doméstico. *Revista Pesquisa & Debate*. São Paulo, 27, 2, p. 50, 2016.
- GONZÁLEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In: Hollanda, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista brasileiro – formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 237-256.

GROSFUGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, p. 115-147, 2008.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – 2019, 2020.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – 2020, 2021.

LUGONES, M. *Toward a decolonial feminism*. *Hypatia*, 25, 4, p. 742-759, 2010.

MARÇAL, K. *¿Quién le hacía la cena a Adam Smith?: una historia de las mujeres y la economía*. Debate, 2016.

OLIVERA, M.; VIEIRA C.; BAETA, F. Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: uma análise das segregações e discriminações a partir da economia feminista. Instituto de Economia, 021, IE/UFRJ, 2021.

OLIVERA, M.; PODCAMENI, M. G.; LUSTOSA M. C.; GRAÇA, L. A dimensão de gênero no *big push* para a sustentabilidade no Brasil: as mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira, Documentos de Projetos (lc/ts.2021/6; lc/brs/ts.2021/1), Santiago e São Paulo, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2021.

PÉREZ OROZCO, A. *Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. Traficantes de sueños*, 2014.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 4, 05, 2010.

SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Notas

1 Tradução do artigo: OLIVERA, M., *Relaciones entre covid-19, sexismo y racismo en Brasil: un análisis desde la economía feminista*. *Revista Economía*, Universidade Central do Equador, 73(118), p. 39-50, nov. 2021. ↑

2 A expressão corpos feminizados é utilizada para evidenciar que a construção social do gênero é mais ampla do que a definição biológica binária que identifica homens e mulheres. No entanto, a informação disponível a partir das estatísticas públicas oficiais no Brasil só permite uma análise baseada no sexo binário. ↑

3 É importante considerar que o Brasil não possui uma pesquisa de uso do tempo. Os projetos para realizar tal levantamento foram abandonados, como a “Pesquisa Piloto 2009/2010”. Porém, a PNADC incorpora o questionário “Outras Formas de Trabalho”, que inclui: 1) produção para o próprio consumo, 2) trabalho voluntário, 3) cuidado de pessoas, e 4) afazeres domésticos (no próprio domicílio ou em domicílio de um parente, sem receber remuneração), cujos dados são publicados anualmente. ↑

4 Infelizmente, não existem dados oficiais para estudar os efeitos da pandemia nos cuidados, uma vez que não foram publicados os resultados da PNADC 2020 e 2021 para outras formas de trabalho, que registram questões associadas aos afazeres domésticos e de cuidados. ↑



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em maio de 2022 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).